

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



Infoeducação e formação crítica: desafios das políticas públicas na construção dos saberes informacionais

Maria Eliziana Pereira de Sousa, Instituto Federal da Paraíba (IFPB),
<https://orcid.org/0000-0002-0326-6176>, Brasil, elizianaps@gmail.com

Gustavo Henrique de Araújo Freire, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
<https://orcid.org/0000-0002-9296-2340>, Brasil, ghafreire@gmail.com

João Vilian de Moraes Lima Marinus, Instituto Federal do Ceará (IFCE),
<https://orcid.org/0000-0002-4590-0833>, Brasil, joao.vilian@ifce.edu.br

Exo: Impactos Sociais

1. Introdução

O século XXI é caracterizado pela importância da informação em todos os aspectos da vida individual e social. Sendo assim, tanto a informação quanto às bibliotecas, em todas as suas formas, exigem dos usuários e dos bibliotecários novas abordagens e posturas perante as mudanças tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea.

A evolução tecnológica trouxe e continua trazendo para as bibliotecas a oportunidade de dinamizar seus acervos, diversificar seus produtos e serviços, além de aprimorar as técnicas de organização e disponibilização da informação de forma eficiente e eficaz. Além disso, essa evolução tem permitido o surgimento de novos modelos de bibliotecas que vão além do conceito tradicional baseado em materiais impressos. Esses novos modelos incluem as bibliotecas híbridas, midiáticas, digitais, virtuais e/ou eletrônicas, que organizam a informação em diferentes formatos e suportes, buscando agilizar a recuperação de informações de forma eficiente e coerente com a velocidade que caracteriza o mundo digital contemporâneo.

Segundo Lourenço Filho (1944, p. 3-4), “[...] ensino e biblioteca são instrumentos complementares, uma escola sem biblioteca é

um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto [...]”.

As transformações recentes da sociedade contemporânea também se refletem no campo da educação e vem promovendo impactos sociais, especialmente no que refere as legilações educacionais, como é o caso da reforma do ensino médio, uma proposta para uma nova organização na estrutura do ensino médio, por meio de itinerários formativos, que segundo análises de autores como Paixão (2023), altera o currículo e reduz a participação da juventude a uma atuação e adaptação de forma mais eficiente ao mercado de trabalho e/ou as atividades produtivas formais ou informais (Paixão, 2023).

Tal reforma faz parte de um conjunto de mudanças propostas pelo estado brasileiro (cenário 2016-2019) chamadas de reformas neoliberais (Paixão, 2023). Dessa forma, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (Brasil, 2018a), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018b), e com a Lei nº 13.415/2017, novos rumos são traçados para o ensino médio e a educação profissional

e tecnológica por meio de tais instrumentos legais (Moura; Benachio, 2021).

No entrelaçamento de parte desta dinâmica, a proposta de Emenda Constitucional nº 95/2016, limita os gastos públicos e suspende investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social por 20 anos, a partir do ano de 2017. Ou seja, o teto de gastos previstos pela emenda estabelece um limite que só poderá aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Brasil, 2016).

Desta forma o problema de pesquisa resulta da seguinte forma: da relação entre as propostas presentes nas reformas do ensino médio e Emenda Constitucional 95 e suas implicações nas políticas de informação, e pode ser formulado da seguinte maneira: Quais mudanças promovidas pelas reformas educacionais e a Emenda Constitucional 95, operacionalizadas na sociedade, influenciam no investimento e no desenvolvimento das políticas de informação e de inclusão social das bibliotecas educativas públicas dos Institutos Federais de Educação no Brasil?

É importante ressaltar que existem poucas pesquisas específicas sobre o tema, especialmente no contexto das bibliotecas educativas públicas e das reformas educacionais voltadas para o ensino médio e a educação profissional.

Essa constatação é feita com base em estudos de Sousa e Freire, (2022) sobre “Infoeducação nas teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil” e, Sousa e Freire, (2022) em trabalho intitulado “A infoeducação na literatura mundial”, onde os autores se dedicam a pesquisar em que contexto a temática infoeducação vem sendo estudada na literatura de Ciência da Informação no Brasil e no âmbito internacional. Dessa forma, reforça-se a importância do tema em questão, que é atual e possui relevância política no campo progressista.

O debate que segue neste trabalho, reflete ainda sobre a concepção de infoeducação anunciada por Perrotti (2016) e a insere dentro do âmbito de desdobramentos das

políticas de informação mediante a importância desta temática diante das novas demandas das Tecnologias Digitais de Informação e comunicação (TDIC), indo além dos conceitos técnicos que giram em torno de tais significados.

Resalta que o artigo em pauta apresenta parate dos resultados de uma pesquisa de doutorado intitulada, Políticas infoeducacionais e seus impactos em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação brasileiros a partir das reformas educacionais: estudo sobre a apropriação dos saberes informacionais, que objetivou investigar as políticas de informação e as possíveis implicações das reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre os anos de 2016 a 2019 e os impactos ocorridos ou não na construção de saberes informacionais.

2. Referencial Teórico

Neste tópico são apresentados os conceitos e características acerca da relação entre a biblioteca e a educação na formação do sujeito e na construção dos saberes informacionais.

2.1 Biblioteca e educação na formação dos saberes informacionais

O acesso à informação é um direito fundamental de todos os cidadãos, conforme estabelece o Manifesto da UNESCO (1994). No entanto, concretizar esse princípio — que reconhece a biblioteca pública como “a porta de entrada para o conhecimento, proporcionando condições básicas para a aprendizagem permanente, a autonomia de decisão e o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (IFLA/UNESCO, 1994) — tem se revelado um desafio significativo.

Embora desempenhem um papel crucial na democratização do saber, essas instituições ainda enfrentam obstáculos estruturais, técnicos e sociais para cumprir plenamente essa missão. A literatura especializada destaca que, ao longo dos anos, as bibliotecas públicas

têm sido utilizadas, sobretudo, como suporte às atividades escolares, o que evidencia tanto sua relevância quanto as limitações enfrentadas para se consolidarem como espaços efetivos de inclusão, formação cidadã e desenvolvimento comunitário.

As bibliotecas escolares, por sua vez, são indispensáveis às instituições de ensino e devem ser locais de fácil acesso e aprendizagem permanente conforme Campello, (2008). Porém, o modelo de bibliotecas escolares instaladas em instituições de ensino público tem se destacado por apresentarem um amontoado de livros de qualquer natureza e um profissional readaptado prestando os serviços de atendimento ao público escolar, salvo raras exceções.

Destaca-se que espaços como as bibliotecas, inseridos no contexto educacional, têm o potencial de atuar de forma mais efetiva dentro de um posicionamento político progressista. Ao fazê-lo, contribuem para diminuir a alienação dos indivíduos na sociedade e, assim, superar o paradigma de dominação que tem sido reproduzido ao longo dos anos.

No âmbito da comunidade acadêmica, a biblioteca se torna um instrumento de grande importância na luta de classes e na promoção da redução das desigualdades sociais. Sua função vai além da mera disponibilização de informações, pois desafia estruturas de poder e busca ampliar o acesso ao conhecimento, garantindo a participação de todos os segmentos sociais. Nesse sentido, as bibliotecas desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em outras palavras, além de selecionar, organizar e disponibilizar informações em qualquer formato e suporte, as bibliotecas são locais privilegiados, porque dispõem de ambientes propícios a mediação da informação, da cultura da socialização do conhecimento, podem atuar no desenvolvimento de educação voltada para o uso da informação e na apropriação dos saberes informacionais.

O sujeito que aprende a usar a informação de forma ética, segura e crítica, ao se apropriar de suas múltiplas possibilidades, torna-se um sujeito consciente de suas ações na sociedade em que vive como afirma Freire, 2011.

Desta forma a infoeducação nasce com esta propositura, educar os sujeitos para o uso da informação, em contexto marcado pelo massivo uso das tecnologias de informação e pela fragmentação da informação e dos signos.

No decorrer dos anos no Brasil, houve o desenvolvimento de diversos estudos voltados para as demandas que envolvem esses dois campos de atuação, educação e informação, demonstrando como eles podem contribuir para apropriação da informação e para o desenvolvimento dos saberes informacionais.

Assim, Cabe iniciar esta parte do texto questionando: O que é infoeducação?

Na literatura brasileira da Ciência da Informação, a infoeducação configura-se como uma proposta que busca ressignificar a relação entre biblioteca e educação, historicamente marcada por distanciamentos e fragmentações. Essa abordagem emerge da necessidade de enfrentar o hiato que se consolidou ao longo do tempo entre as práticas biblioteconómicas e os processos educativos no Brasil.

Mais do que uma simples integração entre informação e ensino, a infoeducação propõe uma perspectiva crítica e formativa, na qual a biblioteca é reconhecida como espaço de mediação do conhecimento, de promoção da leitura e de desenvolvimento da autonomia intelectual dos sujeitos.

Trata-se, portanto, de uma proposta que reivindica a centralidade da biblioteca nos processos de formação cidadã e na construção de uma sociedade mais democrática e informada.

Tal propositura foi lançada por Perrotti no ano 2000, no Colóquio Internacional Brasil-França de Infoeducação realizado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA / USP)¹.

Lançamos a proposta da Infoeducação, neologismo com o

qual sintetizávamos preocupações nascidas de realizações efetuadas por equipe que coordenávamos, com o objetivo de produzir, à época, conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações Biblioteca e Educação (Perrotti, 2016, p. 5).

Desta forma a infoeducação trata-se de um “domínio de estudos transdisciplinares e de práticas sociais que se ocupa das dimensões educativas da informação, em seus múltiplos aspectos históricos e culturais” (Perrotti, 2017, p. 11).

Desse modo, Perrotti e Pieruccini (2007, p.87) esclarecem que “aprender a informar-se é, em decorrência, ação e reflexão sobre os aspectos imateriais e materiais da informação, é ação sobre os significados e os significantes, os saberes e seus dispositivos”. Os dispositivos elencados pelos autores são as bibliotecas, as estações de conhecimento, os centros de informação e formação.

Cumpre situar que, desde a década de 80, o professor Edmír Perrotti, juntamente com outros pesquisadores da ECA/USP, vem desenvolvendo estudos e pesquisas dentro de um direcionamento voltado para a compreensão das relações interdisciplinares e transdisciplinares da informação e educação.

A sociedade contemporânea, marcada principalmente pelo uso massivo das ferramentas tecnológicas, demanda bibliotecas com participação ativa nos processos de ensino-aprendizagem focando no desenvolvimento dos saberes e nas aprendizagens informacionais de forma abrangente e atual as novas demandas do século XXI.

Para Scapechi (2009), as bibliotecas, muitas vezes, proporcionam a disponibilização e acesso à informação, mas não propiciam a apropriação dos saberes informacionais. Para avançar no sentido de favorecer a apropriação por meio dos signos, faz-se necessário que as bibliotecas também invistam na mediação cultural e na mediação da informação.

Dentro desse contexto, Scapechi (2009) oferece uma contribuição fundamental ao afirmar que a apropriação dos saberes

informacionais vai além do simples acesso à informação. Para ele, é imprescindível o desenvolvimento de um conjunto integrado de competências, habilidades, valores e atitudes em relação à informação e, a partir daí, é possível a apropriação simbólica da informação e a construção do conhecimento, “[...]uma vez que o saber é relacional e se dá por meio de uma educação intelectual” (Scapechi, 2018, p.7).

Os estudiosos da infoeducação defendem a relação entre a biblioteca e educação sem a necessidade de haver uma hierarquia desses setores, mas dentro de uma proposta de trabalho conjunto que promova a superação do passado histórico de fragmentação entre essas duas áreas na sociedade ao longo de anos na educação e que se reflete consequentemente nas bibliotecas.

Considerando as particularidades de cada área de estudos (Educação e Ciência da Informação), Perrotti (2016, p. 5) afirma que, na ocasião da criação do neologismo infoeducação, “o objetivo a época era produzir conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações biblioteca e educação”. Nesse caso, a infoeducação se propõe a compreender tanto as dimensões teóricas, quanto as operacionais dessas duas áreas. Tal compreensão se apresenta como um caminho para a superação do longo histórico de fragmentação que tem se constituído ao longo de todos esses anos.

Para Sousa e Freire (2022), A infoeducação recebe, especialmente, contribuições de Paulo Freire, dentro da teoria da dialogicidade, que resgata a dimensão epistêmica da Educação e da Informação, ocupando-se dos saberes informacionais que diz que o sujeito participa do processo educativo por meio da negociação de sentidos e da mediação da informação.

Dessa forma, Perrotti e Pieruccini (2007) reforçam que na infoeducação, o sujeito passa por uma experiência que vai além da assimilação da informação. Ou seja, a apropriação da informação fornece elementos que o tornam capaz de construir sentidos e significados por meio da reflexão crítica e do diálogo.

Há de se observar que as bibliotecas são excelentes espaços no processo de mediação cultural. Isso não exclui também sua função de mediadora da informação, pois ambas coexistem. Na mediação cultural, para Rasteli e Cavalcante (2014, p. 44), “[...] estabelece-se fundamentalmente uma convergência entre dois horizontes: a produção e recepção de bens simbólicos e os dispositivos culturais (bibliotecas) como espaços de apropriação do conhecimento.”

Os autores Perrotti e Pieruccini (2007) trabalham com a categoria de bibliotecas como dispositivo de informação e cultura com base em princípios dialógicos que remete também a Freire (2011). O dispositivo, por sua vez, pode ser constituído dessa forma como ambiente onde circula informação, sendo que, para Pieruccini (2004) os dispositivos têm um papel muito importante na atuação “na natureza e nos processos de mediação”.

Dentro do quadro de práticas da infoeducação, alguns projetos educacionais e culturais foram implantados contribuindo com diferentes comunidades e proporcionando o desenvolvimento de saberes informacionais e apropriação do conhecimento.

São exemplos dessas iniciativas, a Estação Memória, a Estação do Conhecimento Einstein/Paraisópolis, a Biblioteca Escolar Interativa da Escola Municipal de Educação Fundamental "Prof. Roberto Mange" na periferia de São Paulo, a Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI) da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo/SP, o laboratório na Creche Oeste da USP (Santos, 2013).

Neste estudo é privilegiada a abordagem da infoeducação que encontra base teórica nas teorias propostas por Freire de uma educação transformadora e libertadora. A abordagem da infoeducação se diferencia e se destaca em relação às propostas de letramento informacional, alfabetização informacional bem como outras propostas similares.

Destaca-se que na infoeducação a informação não se reduz a um conjunto sistemático de procedimentos e técnicas metodológicas, em um formato instrumental em que os indivíduos são treinados por outras pessoas

que dominam os recursos informacionais, resultando em sujeitos competentes em informação apenas de forma instrumental. Dessa forma, os processos de ensino-aprendizagem informacional centram-se na problemática da eficácia, ou seja, não se preocupam senão exteriormente com o sentido social e individual da informação, da significação.

É nesse sentido que a educação freireana, como prática de liberdade, e de autonomia, a infoeducação e o paradigma da mediação cultural entram em convergência: não é só uma metodologia, mas episteme que concentra diferentes aspectos constitutivos de nossa condição humana como ser no mundo, capaz de desenvolver consciência crítica e oportuna para encontrar o caminho da libertação, proposto pelo patrono da educação, Paulo Freire.

A infoeducação está centrada na apropriação da informação, em que o sujeito passa de usuário da informação, categoria limitante, para protagonista cultural. O protagonista cultural se distingue de usuários ou consumidores de informação e cultura. Perrotti e Pieruccini (2007, p.77) compreendem esse sujeito como “ação afirmativa nos processos simbólicos, exercida por sujeitos de diferentes meios e condições, consideradas as dimensões plurais e conflitantes da vida social e pública, no mundo contemporâneo”.

É um sujeito criador, produtor de sua realidade que dá sentido às suas ações no mundo, seja de forma individual ou coletiva. Ou seja, é um sujeito que participou do processo de infoeducação e conseguiu se apropriar do conhecimento.

3. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, o estudo adota a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

No que concerne à etapa da pesquisa bibliográfica, dedica-se ao aporte teórico para guiar as análises, buscando relacionar o campo informacional com a área de educação. Assim, utiliza-se como atrator o conceito de

infoeducação, com amparo nos estudos de Perrotti (2006, 2016, 2017, 2021) e nas teorias de Paulo Freire (1982, 1987, 1996, 1997, 2011).

O embasamento epistemológico e filosófico se ancora nas obras de Pedagogia do Oprimido (1982), Pedagogia da Autonomia (1987) e A importância do ato de ler (1997) do referido autor.

Em um segundo momento foi realizado a pesquisa documental (período de 2016 a 2019), que contempla um levantamento realizado nos portais dos Institutos Federais, para identificar a existência de políticas institucionais sobre projetos que podem ser considerados como infoeducativos desenvolvidos nas bibliotecas. Tais projetos precisam estar alinhados com a formação de saberes informacionais e a apropriação da informação pela comunidade acadêmica pertencente às instituições pesquisadas.

Foi efetuado um levantamento nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) técnicos integrados ao ensino médio para identificar se houveram reformulações a partir de 2019 que constituem prerrogativas para a escolha do campo da investigação. Tal levantamento objetivou identificar a existência de indícios de políticas de informação para as bibliotecas dos Institutos Federais nos documentos legais, que regem o Novo Ensino Médio, materializado nos PPC.

A escolha de fazer um levantamento por meio da pesquisa documental no período de 2016 a 2019 se deu em função da possibilidade de evidenciar as transformações ocorridas na educação durante esse intervalo de tempo, especialmente relacionadas às mudanças nos documentos legais que regulamentam o ensino médio profissionalizante.

No Quadro 1 está contida uma sistematização das ações práticas da pesquisa, e foi elaborado com a finalidade de melhor ilustrar as fases da pesquisa.

Quadro 1 - Explicação simplificada da metodologia da pesquisa

Fases	Ações da pesquisa
Pesquisa bibliográfica	Levantamento bibliográfico em: livros, artigos, <i>sites</i> , bases de dados, bibliotecas virtuais e eletrônicas.

	Perrotti (2007, 2015, 2016, 2017, 2021) e nas teorias de Paulo Freire (1982, 1987, 1996, 1997).
Pesquisa Documental	Levantamento documental em: <i>site</i> das bibliotecas e documentos legais das reformas educacionais: Lei nº 13.415/2017- reforma do ensino médio, Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ano de 2018, atualizações do ano de 2018 e PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos Institutos Federais do Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Apresentam-se os critérios elaborados para escolha dos locais de investigação, que representam a amostra do estudo:

- Selecionar um estado de cada região do Brasil que possua maior quantidade de campi do Instituto Federal de Educação da região;
- Escolher uma unidade (IF) situada geograficamente na capital;
- Priorizar nas escolhas, as instituições nas quais os PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tenham sido reformulados, ou criados a partir de 2019, com base no Novo Ensino Médio e que estejam disponíveis nas páginas oficiais da instituição para consulta na *Internet*.

Para analisar os dados coletados durante todo percurso da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo.

As categorias utilizadas na análise de conteúdo para o tratamento dos dados foram as seguintes: políticas de informação, políticas de educação, protagonismo social, protagonismo cultural, infoeducação, infoeducador, apropriação da informação, saberes informacionais, mediação da informação e mediação cultural.

4. Resultados Finais

Na análise dos resultados, os itens 4.1 e 4.2 tratam dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental nos PPC dos cursos selecionados pelo critério de pesquisa e na BNCC.

4.1 Investigação nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Baseado nos critérios de escolha, os locais de investigação escolhidos encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Locais de Investigação da Pesquisa

Instituições Pesquisadas
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT)
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Retomando ao primeiro critério privilegiado pela pesquisa, que visa selecionar um estado de cada região do Brasil que possua maior quantidade de *campi* do Instituto Federal de Educação, na região Norte do Brasil o estado que se enquadra nesse critério é o Pará.

A reforma do ensino médio nos Institutos Federais acontece em um ritmo desigual, ficando a cargo de cada instituição decidir se adere ou não à reforma. O Instituto Federal do Pará (IFPA) não havia aderido à reforma no período da pesquisa.

Dessa forma, o segundo estado da região Norte que atendia ao critério de escolha da pesquisa foi o Estado do Amazonas, no Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

O IFAM possui 17 unidades, localizadas em 23 municípios, sendo três em Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Tefé, *campus* avançado do Acre e *campus* avançado Iranduba. Oferece cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, servindo a sociedade amazonense e brasileira (Mello, 2009).

O *campus* escolhido para a pesquisa foi o *campus* Manaus centro. A escolha por esta unidade se deve ao fato de que ela possui uma maior quantidade de cursos na modalidade de ensino médio integrado a

cursos técnicos se comparado aos demais *campi* do IFAM instalados na capital do estado, uma vez que a capital possui mais de um *campus* instalado.

A consulta aos PPC dos cursos ofertados pelo IFAM *campus* Manaus centro foi realizada no site institucional do instituto na Internet. Observou-se por meio da consulta que até o momento da coleta de dados (outubro de 2023) apenas dois cursos aderiram ao novo ensino médio e tiveram os PPC atualizados no ano de 2021, os cursos técnicos em Informática e em Edificações.

Na consulta ao PPC de informática, observou-se que o item nove trata especificamente sobre Biblioteca, e o subitem 9.1, instalações e equipamentos e Biblioteca. Nesse item aparece um breve histórico sobre a biblioteca do *campus* e sua estrutura física, modificada ao longo de mais de 80 anos de existência do IFAM. De acordo com o PPC de informática, a biblioteca possui um acervo bem diversificado contando com livros, mídias eletrônicas, produções acadêmicas, revistas em Braille e CDs, disponibilizando aproximadamente 36.140 itens para comunidade acadêmica.

Já o PPC do curso de edificações foi atualizado em 2020 de acordo com o novo ensino médio, trata da biblioteca no item 10.1, apresentando informações mais resumidas, sobretudo relacionadas ao quantitativo do acervo, a equipe que compõe a biblioteca e a estrutura física do local.

Nesse caso, observa-se que na elaboração do PPC de edificações não houve uma preocupação de apresentar a biblioteca de forma mais ampla, como sua estrutura, seu acervo, as atividades, os produtos, os serviços que oferecem ao público como um elemento significativo para o desenvolvimento do discente e dos saberes informacionais, que se constituem premissas básicas da infoeducação.

Por meio das informações coletadas tanto nos PPC dos cursos modificados pelo novo ensino médio como no site das bibliotecas do IFAM, foi possível observar que os elementos de políticas de informações e infoeducação não se apresentam de forma tão explícitas e desenvolvidas nesses documentos legais.

Passando para a análise na região Nordeste do Brasil, o estado com maior quantitativo de Institutos Federais é o estado do Ceará, nesse caso o Instituto Federal escolhido foi o Instituto Federal do Ceará (IFCE). O IFCE foi criado em 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais do Crato e do Iguatu, vinculado ao Ministério da Educação (Brasil, 2008). Possui atualmente 33 *campi* e oferta um total de 692 cursos² de acordo com a plataforma Nilo Peçanha (2022). O *campus* escolhido para a pesquisa foi o *campus* Fortaleza, situado na capital do estado do Ceará, que possuia na época da pesquisa seis cursos técnicos integrados ao ensino médio. Todos os seis cursos atualizaram o PPC em 2020 de acordo com o novo ensino médio.

No PPC de todos os cursos do IFCE *campus* Fortaleza, a biblioteca é descrita de forma breve em apenas um parágrafo, que trata dos espaços de estudos individual e em grupo, o sistema informatizado, o acervo, a quantidade de livros a serem emprestados para professores e discentes e o horário de funcionamento.

A partir do exposto anteriormente, pode-se creditar por meio de consulta aos PPC do IFCE, uma incipiente presença de informações que versam sobre políticas de informação e o desenvolvimento de infoeducação nesses documentos que regem o ensino médio profissionalizante dentro das instituições do IFCE, o que dificulta a garantia de que tais propostas possam ser desenvolvidas na prática, comprometendo a formação crítica e libertadora, como propõe Paulo Freire (2011). Na região Centro-oeste, o estado escolhido foi o Mato Grosso e o instituto contemplado foi o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) *campus* Cuiabá, Octayde Jorge da Silva.

O IFMT possui 19 unidades situadas na capital Cuiabá e no interior do estado do Mato Grosso. São os *campi* de Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande. Possui ainda

cinco campi avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte.

O IFMT possui dois *campi* na capital do estado, o *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva (OJS) e o *campus* Cuiabá Bela Vista. Para pesquisa foi escolhido o *campus* Cuiabá OJS por disponibilizar um maior número de cursos técnicos integrados ao ensino médio

O *campus* Cuiabá OJS reformulou três cursos de acordo com a nova reforma do ensino médio. Ao consultar os PPC dos cursos de eletrônica, eletrotécnica e eventos reformulados a partir do ano de 2019, no site institucional do IFMT, observou-se que os PPC citam a biblioteca de forma breve em apenas um parágrafo.

Os PPC dos cursos de eletrotécnica e de eletrônica utilizam o mesmo texto para mencionar a biblioteca, os títulos de livros que ela disponibiliza e as quantidades que possuem. No PPC do curso de eventos, observou-se informações referente ao acervo, as quantidades de obras, os serviços oferecidos e a área física disponível para utilização pela comunidade acadêmica.

Na região sudeste, o estado com maior número de *campi* do Instituto Federal é o estado de Minas Gerais, porém devido ao desmembramento dos Institutos Federais e criação de novas escolas neste estado fez com que os institutos se espalhassem pelo estado com diferentes nomenclaturas sendo no sudeste de Minas, (IF Sudeste MG), no norte de Minas (IFNMG), no sul de Minas (IF Sul de Minas), ficando apenas 18 unidades para o IFMG de acordo com a plataforma Nilo Peçanha, não atendendo ao critério da pesquisa de possuir maior quantitativo de campus e uma unidade situada na capital.

Assim a escolha da região sudeste foi pelo Instituto Federal de São Paulo, (IFSP) *campus* São Paulo.

O IFSP possui 41 unidades e oferece cursos técnicos, cursos de licenciatura, cursos de Formação Inicial Continuada (FIC)[extensão], cursos superiores de graduação em bacharelado e de tecnologias, além dos cursos de pós-graduação, *lato sensu* [especialização] e *stricto sensu* [mestrado] (Brasil, 2023, grifos

do autor). O *campus* São Paulo foi escolhido para a pesquisa devido ao critério de se encontrar situado na capital do estado.

Dos oito cursos ofertados no IFSP *campus* São Paulo na época da pesquisa, dentre os disponíveis para consulta, apenas dois tiveram seus PPC reformulados. No caso, o curso integrado de Desenvolvimento de Sistemas e o curso integrado de Mecânica.

Na consulta aos PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Desenvolvimento de Sistemas e de Mecânica, foi possível perceber que a biblioteca se encontra descrita no item 14- Biblioteca. Trata-se da caracterização do local e dos serviços prestados à comunidade acadêmica, como empréstimos, devoluções, consultas ao acervo, renovação, elaboração de fichas catalográficas, orientações aos usuários e disponibilização de normas acadêmicas para realização de trabalhos.

Quando trata do acervo da biblioteca é informado que este se encontra automatizado e disponível por meio de endereço eletrônico (<http://pergamum.biblioteca.ifsp.edu.br/>). O acervo segue a política de desenvolvimento de coleções que norteia as atividades das bibliotecas do IFSP em relação às suas coleções e os objetivos institucionais.

Observou-se nos PPC pesquisados que foi informado sobre o acesso a acervos digitais, eletrônicos e virtuais para a comunidade, sobretudo os que estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e suas inúmeras possibilidades de acesso à informação científica.

Pode-se perceber que a identificação de indícios de algumas políticas de informação dentro dos PPC já se mostra como um diferencial dentro desse instrumento de política pública. É óbvio que se fazem necessárias ações no sentido de materializar tais políticas. Aun (1999, p. 3) destaca que “A construção de uma política de informação implica o que é verdadeiramente prioritário: a articulação de medidas para que a sociedade se desenvolva de forma justa e democrática”. Na região Sul do país, o estado com maior número de *campi* do Instituto Federal é o estado do Paraná, porém ao realizar a

pesquisa nos PPC dos cursos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná (IFPR) *campus* de Curitiba, seguindo o critério de escolha da capital, observou-se que os PPC ainda não haviam sido reformulados de acordo com o novo ensino médio até o momento de nossa pesquisa (outubro de 2023), dessa forma seguindo o critério de reformulações nos PPC, foi escolhido, o segundo estado com maior número de institutos, o estado de Santa Catarina, e a instituição escolhida foi o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), situado na capital Florianópolis.

De acordo com dados do portal institucional do IFSC, esta instituição oferta cursos em mais de 30 polos de apoio presencial em Santa Catarina e nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Assim, o IFSC possui um total de 22 *campi* implantados, sendo espalhados nas regiões sul, região metropolitana, oeste, central e norte, e os *campi* são: Araranguá, Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Garopaba, Florianópolis-Continente, Palhoça Bilíngue, São José, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Caçador, Canoinhas, Lages, Urupema, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul – Centro, Rau e Joinville. O *campus* Florianópolis é o mais antigo da instituição e foi o que deu origem a toda a Rede IFSC.

O IFSC *campus* Florianópolis ofertava seis cursos técnicos na modalidade integrado ao ensino médio na época da pesquisa. Em consulta aos PPC disponíveis por meio do portal institucional, observou-se que apenas um curso passou por reformulações seguindo a nova reforma do ensino médio, o curso de Eletrotécnica.

A biblioteca encontra-se no item 5 do PPC – instalações e equipamentos. Essa seção se dedica especificamente sobre instalações físicas dos laboratórios do *campus* e sobre a biblioteca. Quando trata da biblioteca, o PPC apresenta informações sobre localização do setor, objetivos, área útil do setor, acervo, horários de atendimento, principais serviços, bases de dados digitais, sistema integrado de bibliotecas que pode ser acessado por meio

do site (<https://biblioteca.ifsc.edu.br/index.html>).

As informações sobre a biblioteca descritas de forma breve no PPC impossibilitaram de identificar se existem de fato implementação e realização efetiva de alguma política de informação e infoeducação na biblioteca do campus Florianópolis.

4.2 A Base Nacional Comum Curricular frente às políticas de informação

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento legal e normativo que rege a educação básica e os currículos escolares para a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. A BNCC é uma norma vinculada à implementação da reforma do ensino médio (Silva, 2018). Dessa forma, a Lei 13.415/17 determina que “o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos”.

Segundo a investigação deste trabalho sobre as políticas de informação e infoeducação nos documentos legais que regem o novo ensino médio, foi necessário investigar se a BNCC aborda em seu texto a necessidade do equipamento informacional biblioteca, informações sobre o desenvolvimento da leitura, a pesquisa e os profissionais que trabalham no ambiente da biblioteca, a saber, os bibliotecários e demais membros da equipe.

Ao consultar sobre a presença da biblioteca na BNCC foram encontrados apenas dois resultados que remetem a presença deste equipamento informacional nas escolas. A primeira menção está no tópico: A área de ciências humanas.

Esse tópico defende que sejam valorizadas as experiências e os ambientes que podem proporcionar vivências aos estudantes, em diferentes espaços educativos extra sala de aula (Duarte, 2021).

O segundo trecho da BNCC faz referência à biblioteca no Processo de alfabetização – e se relaciona as habilidades do estudante em “Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura

individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura” (Brasil, 2017).

Sobre a questão da leitura, comprehende-se que promover e incentivar a leitura são algumas das funções da biblioteca, apesar do conceito de leitura mencionado no documento legal da BNCC não estar ligado às funções da biblioteca nesses aspectos, o que deveria ser um tanto óbvio, devido a esta peculiaridade secular do equipamento biblioteca como um agente rico na promoção dessa experiência.

De acordo com Duarte (2021, p. 41) “a palavra leitura na BNCC é citada 461 vezes. Pela importância dada ao conceito, intrinsecamente a figura do bibliotecário deve fazer parte na construção desta habilidade que permeia a vida do indivíduo durante toda a sua trajetória, incluindo a escolar”.

A leitura no contexto da BNCC se refere a um sentido mais amplo do termo, se refere não somente ao texto escrito, mas a outras características que este apresenta como as imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (Brasil, 2017).

Observa-se que o papel educativo da biblioteca com sua potencial prestação de serviços de educação para o uso da informação mais uma vez não está referenciado nesse trecho da BNCC supracitado, que trata especificamente de leitura. A omissão da biblioteca na BNCC em trechos que falam exclusivamente da leitura torna as discussões em torno da importância desse equipamento informacional para a educação cada vez mais enfraquecida.

Ainda neste contexto soma-se a isso a lentidão na implantação da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, inviabilizando a legitimação e o reconhecimento do equipamento biblioteca para um melhor desempenho da educação.

Já sobre o item pesquisa na BNCC, aparece inicialmente em trechos que falam sobre o eixo leitura e práticas de linguagem.

Em outro trecho da BNCC, ao se referir a pesquisa, esclarece esse tema focando no tratamento da informação a ser recuperada/pesquisada e no uso das tecnologias, elemento tão presente na cultura dos estudantes na contemporaneidade.

Mais uma vez percebe-se que a figura do profissional bibliotecário não foi mencionada, mesmo quando se refere ao tratamento e organização da informação, itens tão presentes na profissão e relacionados ao fazer do bibliotecário. Parece que existe um desconhecimento da atuação dos bibliotecários nesse âmbito da seleção, tratamento, organização e recuperação da informação, fases intrinsecamente ligadas à pesquisa.

Nesse sentido, a ausência de políticas educacionais que incentivem a pesquisa atrelada à biblioteca e ao bibliotecário consequentemente demonstra a necessidade do desenvolvimento de políticas de informação. A biblioteca que participa do processo de ensino-aprendizagem do estudante colabora com desenvolvimento de habilidades para a pesquisa. Passos (2013, p. 27) corrobora sobre a importância do desenvolvimento da pesquisa nas bibliotecas. Na busca por informações sobre os bibliotecários no documento da BNCC, não foi identificado nenhuma menção no texto, nem quando se refere a bibliotecas, mostrando que esse profissional sofre de invisibilidade em um documento de tão grande importância para a educação no país.

Para Duarte (2021, p. 40), [...] “ao se analisar a Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que a cultura da invisibilidade do bibliotecário mais uma vez se fortalece de maneira institucionalizada e governamental. Como já adiantado, não há menção sobre o bibliotecário no documento em questão”.

Tal ausência reforça a urgência de um processo educativo que considere pensar elementos que contribuam para essa formação por meio do entrelaçamento de práticas dos diversos profissionais que

compõem o processo de aprendizagem, tais como, professores, pedagogos, bibliotecários dentre outros profissionais que podem contribuir com seu conhecimento para uma educação de qualidade.

5. Considerações Finais

No presente trabalho foi investigado de que forma as reformas educacionais refletem nas políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação no Brasil.

Partindo da questão hipótese de que existe um desmonte na educação pública e na profissão dos bibliotecários que atuam nos Institutos Federais e que vem acontecendo de forma gradativa, por meio do avanço cada vez maior das tecnologias digitais e da implementação de reformas educativas neoliberais que limitam o desenvolvimento da educação e repercutem no trabalho dos profissionais que atuam nesses espaços, se faz necessário a título de conclusões deste trabalho, pontuar como este processo vem acontecendo com base nos achados da pesquisa.

Primeiro ponto é preciso considerar a partir do que foi investigado nos documentos legais dos Institutos Federais do Brasil que existe uma condição de trabalho precarizada, comprometida pela falta de investimentos na educação de um modo geral e nas bibliotecas, fruto de contingenciamentos e cortes orçamentários que refletem severamente no desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas e, consequentemente, na atuação dos bibliotecários, intensificando a desvalorização da profissão.

Nesse movimento, intensificado pelo avanço tecnológico cada vez maior, todos os espaços possíveis de atuação tornam-se potencialmente dependentes das tecnologias digitais de informação e comunicação que frequentemente se expandem e exigem qualificação constante para o trabalho.

Não se pode negar por outro lado que as tecnologias digitais vêm alterando cada vez mais a forma como as pessoas usam a

informação e se apropriam dos signos, além de romper barreiras simbólicas e distâncias culturais, essas experiências ocasionam profundas transformações tanto para os profissionais bibliotecários que precisam se adequar aos novos formatos em que a informação é oferecida ao seu público de usuários, quanto para aqueles que recebem a informação mediada por meio dos equipamentos informacionais.

Daí que implica o metaconhecimento que auxilia nesse processo de conhecer o conhecimento (Passos; Pieruccini, 2021) além de desenvolver atitudes específicas para se apropriar da informação no ambiente digital, uma realidade que não se pode fugir.

O segundo ponto diz respeito às profundas transformações ocasionadas pelas tecnologias digitais que impactam no acesso e no uso da informação muitas vezes de forma indiscriminada, sem responsabilidade ética, crítica e consciente, oferecendo dentre as várias consequências um retrocesso no campo da formação humana, indicando a necessidade da práxis libertadora freiriana, discutida em alguns momentos deste trabalho, relacionando-a sobretudo à infoeducação de Perrotti, que evidencia a urgência de uma formação humanística, emancipatória e libertadora pautada no desenvolvimento cognitivo, cultural, ético e político do sujeito que vem ao encontro da perspectiva de formação humana e integral oferecida pelos Institutos Federais de Educação em sua proposta principal.

O terceiro ponto se refere à formulação das mais recentes políticas educacionais, que tomam forma por meio da reforma do ensino médio e da Emenda Constitucional 95 do teto de gastos, que visam a diminuição e a regressão dos direitos sociais (Moura; Lima Filho, 2017), bem como uma educação puramente tecnicista que tem como pano de fundo formar jovens para uma rápida inserção no mercado de trabalho pautada na pedagogia das competências.

Considera-se que, a exposição sobre os achados nos documentos legais, por meio da análise da BNCC, e da amostra realizada em 14 PPC de cursos técnicos integrados ao ensino

médio dos IFs de todas as regiões do Brasil, demonstra ainda os frágeis laços entre a informação e a educação, ou seja, o que se percebe é que, a ausência do reconhecimento da biblioteca e dos profissionais bibliotecários nesses documentos legais só aumenta a fissura entre biblioteca e educação, bem como fortalece a permanência da cultura do difusionismo informacional, levando a crer que a consolidação das políticas de informação e da infoeducação ainda caminham de forma incipientes em direção ao que se propõe que é a formação no campo da informação em uma perspectiva emancipatória do sujeito, pautada na pedagogia de Paulo Freire.

Diante disso, a hipótese da pesquisa ganhou um novo elemento, qual seja, a forma desarticulada com que os novos PPC reformulados pela reforma do ensino médio e os profissionais da educação recebem informações sobre esses novos elementos e implementam nas bibliotecas, demonstra e confirma que as reformas não foram apresentadas à comunidade educacional para discussão, e vem sendo implementadas de forma desarticulada e sem nenhum diálogo com a comunidade escolar. Isso evidencia um aspecto impositivo e autoritário que já se fazia presente nos textos base das reformas e assim são concretizados na prática.

Quanto aos caminhos/perspectivas para novos estudos que a pesquisa apresenta, aponta-se como recomendação para trabalhos futuros a criação de um modelo ou programa infoeducacional para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, baseado nas diretrizes propostas pela infoeducação, em diálogos constantes com os profissionais que atuam nessas instituições de ensino por meio de agendas de pesquisa, discussão da proposta, testagem e aplicação *in loco* para adequação a cada realidade.

6. Referências

- Aun, M. P. (1999). A construção de política nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. Ciência da Informação, 28(2), 1-9.

- <https://www.scielo.br/j/ci/a/8NzCHdQ9ct8Lhd7Zb5ZnQ9J/?lang=pt#.>
- Brasil (2017). Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm.
- Duarte, Y. M. (2021). A Base Nacional Comum Curricular e as possibilidades para a biblioteca escolar. *Revista eletrônica da ABDF*, 5(1), 29-47. <https://cip.brapci.inf.br/download/166244>.
- Freire, P. (1982). Considerações em torno do ato crítico de estudar. Em Freire, P. (Eds.) *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. (pp. 9-12). Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). A importância do ato de ler em três artigos que se completam. Autores Associados.
- Freire, P. (1992). Educação como prática da liberdade. Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2021). Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. Paz e Terra.
- International Federation of Library Association (IFLA). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2016). Diretrizes da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar. <https://www.docsity.com/pt/diretrizes-da-biblioteca-escolar/5437129/pdf>.
- Lourenço Filho, M. B. (1944). *O ensino e a biblioteca*. Imprensa Nacional.
- Mello, M. S. de V. N. (2009). *De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história*. Manaus editora.
- Moura, D. H., Lima Filho, D. L. (2017). A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. *Revista Retratos da Escola*, 11(20), 109-129. <http://www.esforce.org>.
- Moura, D. H.; Benachio, E. C. (2021). Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. *Revista Trabalho Necessário*, 19(39), 163-187. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479/29251>.
- Paixão, A. E. (2023). A Lei nº 13.415/2017 e a educação profissional: uma análise dos caminhos da reforma nos Institutos Federais. [dissertação de doutoramento, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/83220>.
- Passos, M. P. (2013). O ato lúdico de conhecer: a pesquisa como um processo dialógico de apropriação de dispositivos informacionais e culturais. [tese de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07022014-154238/publico/MarcosPauloPassos.pdf>.
- Passos, M. P., Pieruccini, I. (2021). Mediação cultural e infoeducação: construção de saberes e conhecimento. Em Couzinet, V., Marteleto, R. (Eds.). *Dossie Études de communication* (pp. 39-56). <https://journals.openedition.org/edc/13974>.
- Sousa, M. E. P., Freire, G. H. A. (2022). Infoeducação nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. *Informação & Informação*, 27(1), 51-81. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43651/pdf>.
- Perroti, E. (2016). Mediação cultural: além dos procedimentos. Em Salcedo, D. A. (Eds.) *Mediação cultural*. Pedro & João Editores, <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002789163.pdf>.
- Perroti, E. (2016). Infoeducação: um passo para além do científico-profissional. *Informação e Profissões*, 5(2), 04-31. <http://www.uel.br/revistas/infoprof/>.
- Perroti, E. (2017). Sobre informação e protagonismo cultural. Em Gomes, H. F., Novo, H. F. (eds.). *Informação e protagonismo social*. EDUFBA (pp. 11-26). <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33742>.

- Perrotti, E. (2006). Estação Memória. Em Worcman, K., Pereira, J. V. (eds.). História falada: memória, rede e mudança social. SESC/SP (pp. 127-136). https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1074497/mod_resource/content/1/LEITURA%20COMPLEMENTAR%20-%20Livro%20-%20Hist%C3%B3ria%20Falada.pdf.
- Perrotti, E. (2021). Do direito à cultura letrada: cartas de Maria da Graça Teixeira. Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição. 1(9/10), 557-574.
- Perrotti, E., Pieruccini, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. Em Lara, M.L.L, Fujino, A., Noronha, D.P. (eds.) Informação e contemporaneidade: perspectivas. Néctar (pp. 47-96).
- Pieruccini, I. (2004). A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação. [dissertação em doutoramento, Universidade de São Paulo]. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4fe2df860600eb9b73a61b9b05dc88d.
- Rasteli, A., Cavalcante, L. E. (2014). Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 19(39), 43-58. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43603>.
- Scapechi, W. (2009). Saberes informacionais na educação superior: um estudo exploratório com estudantes universitários. [tese de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21102009-120342/publico/Dissertacao.pdf>.
- Scapechi, W. (2018). Os saberes informacionais e as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: um estudo exploratório. Seminário FESPSP, 7. https://www.fesp.org.br/seminarios/anaisVII/GT_6/Wanderson_Scapechi.pdf.
- Silva, M. R. (2018). A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, 34. <https://www.scielo.br/j/edur/a/v3cqz8tbtt3jvts7jdhxxzk/?Format=pdf&lang=pt>.

6.1 Notas

¹ O I Colóquio Brasil-França de Infoeducação foi realizado em São Paulo, na ECA/USP, em outubro de 2000 (Perrotti, 2016, p.5).

² Esse dado leva em consideração os cursos na modalidade ensino médio integrado aos cursos técnicos, cursos de Licenciatura, cursos de Bacharelado, cursos de Mestrado e Doutorado e os cursos de qualificação profissional FIC.